



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 1/2023, em que é recorrente **Manuel Monteiro Moreira** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 111/2023

(Autos de Recurso de Amparo 1/2023, Manuel Monteiro Moreira v. TRS, Rejeição liminar de pedido de esclarecimento e de reforma do Acórdão 103/2023, por manifesta falta de fundamento)

I. Relatório

1. O Senhor Manuel Monteiro Moreira, depois, de no dia 20 de junho de 2023, pelas 16:04, ter sido notificado do Acórdão 103/2023, de 19 de julho, Manuel Moreira v. TRS, Inadmissão por Não Atributabilidade de Condutas Impugnadas ao Ato Recorrido e por Ausência de Pedidos de Reparação, Rel: JC Pina Delgado, ainda não publicado, no dia seguinte, às 16:04, protocolou junto à Secretaria pedido de esclarecimento e reforma, justificando-o com uma narrativa que se resume da seguinte forma:

1.1. Sem apresentar qualquer trecho do acórdão reclamado que pretende ver esclarecido, o recorrente produz libelo destinado a insurgir-se contra o Tribunal Constitucional, acusando este órgão judicial de se agarrar a formalismos, mesmo quando confrontado com violações graves e insanáveis da Constituição perpetradas pelos tribunais ordinários; na sua dicção, reconhecendo a violação de direitos, mas exigindo o pedido de reclamação enquanto ato autónomo, com o clímax argumentativo a ser atingido quando brada que, para o Tribunal Constitucional, custa menos o atropelo aos direitos fundamentais do que garantir o formalismo.

1.2. O que ainda contrariaria a jurisprudência anterior do Tribunal que considerou que o pedido de reparação não era exigível, posição que sugere ter sido alterada essencialmente após a mudança do seu Presidente;

1.3. Entende que a exigência de formalismos numa democracia que ainda nem sequer tem 40 anos e possui prática constitucional de 5 a 8 anos deixa a todos atónitos, coisa que não acontece nem em Estados de Direito de 500 anos e prática constitucional de 200, onde não se exige perfeição, ao contrário das imposições do TC.

1.4. Por fim, pergunta: “tendo a questão da inexistência da gravação ponderada e pronunciada em 1ª instância, como pode o TC considerar que [o] TRS pronunciou sobre isso como pioneira?”; questão que ele próprio responde, dizendo não se estar perante caso em que o TRS se pronunciou em primeira instância, pelo que a decisão deveria ser reformada admitindo-se o recurso de amparo.

2. A peça foi distribuída no dia 21 de junho de 2023 ao JCR.

2.1. Este, depois de analisar a questão, no dia 23 de junho, proferiu despacho de marcação de conferência destinada à apreciação do pedido para o dia 30 do mesmo mês,

2.2. Data em que efetivamente se realizou e em que se adotou a decisão acompanhada da fundamentação que se articula em seguida.

II. Fundamentação

1. Não é novidade que a Corte Constitucional admite a existência de incidentes pós-decisórios das suas decisões quando estão em causa interesses subjetivos. Entretanto, existem condições que se devem verificar para que o pedido possa ser conhecido, e que serão afloradas adiante.

2. Posto isto, impõe-se verificar se o requerimento é admissível e se os pedidos de esclarecimento e de reforma podem ser conhecidos.

2.1. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, em especial os que se reportam ao instituto da esclarecimento das decisões judiciais, têm sido cada vez mais densificados pela Corte Constitucional. Assim, este Pretório tem estabelecido balizas específicas – decorrentes da natureza especial do processo constitucional e da suscetibilidade de se fazer um uso abusivo dessa espécie de reação processual – que

devem ser respeitadas sob pena de indeferimento liminar ou de não conhecimento dos pedidos.

A principal decisão que conheceu desse tipo de incidente em sede de um recurso constitucional foi o *Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, o qual, apreciando um pedido de fiscalização concreta da constitucionalidade, reconheceu a possibilidade de suscitação de incidentes de esclarecimento de decisões do próprio Tribunal Constitucional, mas condicionou a sua admissibilidade, além da exigência de preenchimento dos pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade, à identificação, pelo Requerente, de trecho do aresto que padeceria de vício de obscuridade ou ambiguidade. Abrindo ainda a faculdade de o Tribunal Constitucional rejeitar liminarmente todo e qualquer pedido de esclarecimento que seja manifestamente procrastinatório, seja desprovido de qualquer base ou fundamento ou que diga respeito a passagens irrelevantes do texto do acórdão que não tenham impacto sobre a decisão. Mais tarde, estendeu-se esse mesmo entendimento a pedidos de esclarecimento formulados no âmbito de recursos de amparo no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499.

A necessidade imperiosa de se identificar o trecho de um acórdão tem, de resto, sido jurisprudência firme desta Corte em qualquer tipo de processo em que se aplicam as mesmas normas do Código de Processo Civil por remissão, conforme interpretação ajustada à natureza especial do processo constitucional, nomeadamente exposta no *Acórdão 02/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JC Aristides R. Lima, *PSD v. CNE*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, de 27 de fevereiro de 2019, pp. 265-266, 13, um processo eleitoral, exigindo-se a indicação da obscuridade ou da ambiguidade; no *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.3, proferido em autos de recurso de amparo, impondo a identificação do trecho alegadamente portador de vícios, e no *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro, Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, de 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, 3, também decorrente de um recurso de amparo, em que o Tribunal explicitou de forma clara essa exigência comum. Como se veio a considerar depois, “[a] indicação do trecho ao qual se

imputa o vício de ambiguidade ou de obscuridade é decisiva até para se evitar que requerentes que pedem esclarecimento apresentem considerações genéricas e indeterminadas a respeito do acórdão atribuindo ao Tribunal posições e fundamentos que resultam de meras percepções ou pretensões e sem que tenham qualquer correspondência textual com o teor da decisão” (*Acórdão 42/2021, de 20 de setembro, Alex Saab v. STJ, referente a pedido de esclarecimento do Acórdão 39/2021*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro, pp. 2590-2593, 2).

Quanto a decisões de admissibilidade de recurso de amparo fê-lo nos seguintes arestos: *Acórdão 10/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 493-499; *Acórdão 47/2020, 29 de outubro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90; *Acórdão 4/2022, de 10 de fevereiro, Adair Batalha v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 345-346.

2.2. No caso concreto, naturalmente dúvidas não subsistirão em relação à competência e legitimidade e mesmo a tempestividade está assegurada na medida em que o recorrente, tendo sido notificado do *Acórdão 103/2023*, no dia 20 de junho, às 16:04, enviou a peça em que suscitou o incidente pós-decisório no dia 21 de junho também às 16:04, portanto, dentro das 24 horas estabelecidas pela Lei.

2.3. Dito isso, os requisitos especiais que devem acompanhar pedidos de esclarecimento e de reforma manifestamente não estão presentes, de tal sorte a conduzir a situação em que o requerimento é desprovido de qualquer objeto.

3. No concernente ao pedido de esclarecimento, o que se encontra na desconexa redação apresentada, longe de conter qualquer identificação de textos, integra, outrossim, um discurso, em tom bastante áspero e nos limiares da urbanidade, que visa essencialmente manifestar a discordância do recorrente com essa decisão que não admitiu o seu recurso

de amparo, entre outros fundamentos, porque não dirigiu o devido pedido de reparação à entidade que praticou o ato, conforme exige a lei.

3.1. O único segmento que aparentemente se afasta do longo rol de agravos contra o Tribunal Constitucional apresentados pelo recorrente é o trecho em que formula pergunta de acordo com a qual “tendo a questão da inexistência da gravação ponderada e pronunciada em 1ª instância, como pode o TC considerar que [o] TRS pronunciou sobre isso como pioneira?”;

3.2. Porém, paradoxalmente, considerando tratar-se de um pedido de esclarecimento, sustentado em situação em que o recorrente mantém dúvidas sobre parte integrante de acórdão, nomeadamente pela sua obscuridade ou ambiguidade, aqui tem tanta certeza sobre o que leu que se prontificou a responder, dizendo não se estar perante caso em que o TRS se pronunciou em primeira instância, pelo que a decisão deveria ser reformada admitindo-se o recurso de amparo.

3.3. Por conseguinte, apesar de parecer não entender a diferença entre uma conduta praticada em primeira instância pelo TRS e uma conduta perpetrada originariamente pelo TRS, tão convictamente formulou o seu entendimento que seguramente nenhuma valia terá qualquer esclarecimento que o Tribunal lhe podia prestar, os quais, pelos vistos, muito lhe seriam úteis.

4. Em relação ao pedido de reforma, atendendo que se limita a lançar um anátema sobre a decisão do TC sem qualquer fundamentação de facto e de direito, o mesmo se passa, sobretudo por utilizar uma prosa a todos os títulos rasa, vazia, desrespeitosa e desprovida de sentido.

4.1. Uma autêntica catilinária que resolveu dirigir a esta Corte Constitucional. Só que, ao contrário de Marco Túlio Cícero, *As catilinárias*, texto original e tradução, Amílcar Carletti (trad.), São Paulo, LEUD, 2020, *passim*, o eterno mestre da retórica, que dominava o verbo e, bem ou mal, agiu para defender a sua República e as suas instituições contra demagogos e populistas, o discurso que se revela através da peça que teve a audácia de protocolar para *abutere patientia nostra* é pouco claro e é utilizado para atacar de

forma vil este Tribunal com acusações e falsidades que, sob as vestes da indignação do homem comum, pretendem simplesmente intimidar as instituições a conceder-lhe tratamentos privilegiados à margem da lei. Se são estes os *tempora e mores* que temos de aturar, que assim seja!

4.2. Já sobre o que seria processualmente correto e idóneo nada há, considerando que o recorrente sequer se dá ao trabalho de tentar construir uma situação em que legalmente se pudesse justificar um pedido de reforma de acórdão, nos termos do artigo 578 do Código de Processo Civil. O que é revelador de todos os problemas que estão na base deste requerimento. Pois, em última instância, sem que se tenha, uma única vez, contestando a necessidade de o Tribunal Constitucional condicionar a admissibilidade de um amparo à existência de um pedido de reparação, traz-se um longo e desconexo discurso, o que demonstra, mais do que tudo, uma inaptidão extrema para se envolver em contenciosos constitucionais;

4.2.1. Em qualquer país do Mundo, e não só naqueles que magicamente já têm Estados de Direito há quinhentos anos! – uma tese revolucionária do recorrente de que os estudiosos da Constituição, ainda, não se deram conta! –, somente advogados especialistas em Direito Público e em Direito Constitucional litigam perante a jurisdição constitucional com os seus próprios instrumentos e conhecimentos. Os demais, ou contratam esses advogados especializados, jurisconsultos ou professores de Direito ou, alternativamente, recorrem a consultores que dominam a matéria para lhes ajudar a delinear a estratégia de defesa desde o início, contemplando eventuais recursos constitucionais, e auxiliando-os a montar as peças de forma técnica e linguisticamente adequada. Poupano-os, assim, de terem os recursos que patrocinam inadmitidos por razões que podiam evitar e de se exporem a situações menos cómodas e edificantes para a sua imagem e reputação profissionais.

E a razão é por demais evidente, haja em vista que todos sabem que as condições que habilitam ao conhecimento de qualquer questão constitucional são exigentes, o que faz que aqueles que ainda não as dominem tenham dificuldades de litigar com eficácia perante tais jurisdições especiais. Ao contrário da pérola de sabedoria constitucional comparada lançada pelo ilustre requerente, invetivando o Tribunal por se apegar a

formalismos para não admitir o seu recurso, e estabelecendo implicitamente paralelo com outros sistemas constitucionais que possuem queixas constitucionais, se ele se desse ao trabalho de estudar um pouco mais saberia imediatamente que os índices de inadmissão dos dois principais – o *Verfassungsbeschwerde* teutónico e o recurso de amparo espanhol – ultrapassam os 95%. Se se analisar os últimos dados disponíveis do Tribunal Constitucional espanhol verifica-se que dos 6.572 amparos suplicados em 2021, 6.439 não foram admitidos (Tribunal Constitucional, *Memória 2021*, Madrid, Imprensa Nacional del Boletín Oficial del Estado, 2021, quadro 15); na Alemanha, já em 2022, das 4.645 queixas constitucionais, um total de 4.354 não foram admitidas (*Jahresbericht 2022*, Karlsruhe, Bundesverfassungsgericht, 2023, pp. 53-54).

4.3. E neste caso este é o principal problema, pois, ao invés de, primeiro, garantir que todos os pressupostos e requisitos de admissibilidade do seu recurso estejam preenchidos, prefere tentar contornar o dever de colocar a questão concreta que atribuiu ao órgão judicial recorrido, trazendo-a ao TC sem protocolar o pedido de reparação imposto pelo artigo 3º, parágrafo 1º, alínea c) da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, apelando a uma mistela de tentativa de intimidação do Tribunal Constitucional com palavreado grandiloquente e o recurso a uma filosofia do coitadismo e da menoridade e mediocridade intelectuais, que tem no seu bojo a ideia de que por sermos um país novo, por termos uma jurisdição constitucional autónoma de oito anos, este Pretório é obrigado a dar um jeitinho para relevar o não-cumprimento das exigências impostas pela lei para se admitir um recurso, mais do que já faz, quando esta ainda o permite, amiúde tendo de ajustar as peças, racionalizar a fundamentação das alegações, encontrando nas entrelinhas as intenções de recorrentes devidamente representados por profissionais do foro ao abrigo da proverbial fórmula: “com o douto suprimento de Vossas Excelências”;

4.4. Se o Tribunal fosse realmente rigoroso nunca aceitaria as determinações manifestamente insuficientes dos amparos que se requer e as mal-alinhavadas indicações dos parâmetros violados, que, se limitam a remeter para uma norma constitucional, a citá-la textualmente sem o mínimo esforço de definição do modo como a conduta concreta vulnera posição jurídica resultante do direito invocado, como se questões que envolvem normas constitucionais com textura aberta possam ter um resultado hermenêutico objetivo e pré-determinado;

4.5. Mas, o nível de desleixo, ou, quiçá, a convicção de que pode peticionar da forma como bem entender, são tamanhos que o recorrente reclama do formalismo do Tribunal e traz uma peça em que, primeiro, não assinala o acórdão de que pede esclarecimento e reforma; segundo, não indica qualquer trecho desse acórdão a que imputa obscuridade ou ambiguidade e que quer ver esclarecido; terceiro, não traz à colação nenhum documento constante dos autos que o Tribunal por lapso manifesto não tenha tomado em consideração e que por si só implicaria decisão diversa da proferida que legitimasse a sua reforma; quarto, nem sequer se dá ao trabalho de indicar os dispositivos legais que fundamentam o seu pedido de esclarecimento e reforma de acórdão, sendo certo que nem a Lei do Amparo, nem a Lei do Tribunal Constitucional, preveem a possibilidade de isso acontecer, o que somente pode ocorrer mediante a remissão que tanto uma como a outra fazem para o Código de Processo Civil.

4.6. De resto, é só na sequência de tais premissas é que se pode conceber os dizeres absurdos do recorrente na peça que suscita o pedido de reforma, sugerindo que o Tribunal “considera que há uma flagrante violação da Constituição, mas, por um dedo de formalidades decide deixar esse cidadão na cadeia” (para 5). Além da total ausência de fundamentação, na medida em que não se dá ao trabalho de pôr em discussão o trecho em que se lavrou tal entendimento, recorre a uma inverdade manifesta, não havendo qualquer indicação textual que o Tribunal tenha considerado haver no caso concreto flagrante violação da Constituição. Tal assertiva só pode se justificar ou por má-fé ou por manifesto desconhecimento sobre o modo de funcionamento do recurso de amparo, posto desafiar toda a lógica um Tribunal se pronunciar sobre o mérito de um pedido – a alegada violação de direito ou, como diz o recorrente, a flagrante violação da Constituição – se não admite o recurso por ausência de pedido de reparação.

4.7. O sistema funciona, quando todos fazem o seu trabalho profissional, integral e diligentemente, não com facilitismos, nem com súplicas de aligeiramento das exigências impostas pela própria lei e que, no caso da mesma, não conduzem a qualquer novidade interpretativa. Como o próprio *Acórdão 103/2023, de 19 de julho, Manuel Moreira v. TRS, Inadmissão por Não Atributabilidade de Condutas Impugnadas ao Ato Recorrido e por Ausência de Pedidos de Reparação*, Rel: JCP Pina Delgado, 8.4.2, que infundadamente o recorrente ataca, o condicionamento da existência de pedido de

reparação, além de decorrer da lei, tem sido reiterado sistematicamente em vários acórdãos desde 2018. Aparentemente, não lê os arestos de que pede esclarecimento e muito menos conhece ou sequer verifica a jurisprudência que cita, confundindo ainda a regra que impõe o pedido de reparação com circunstâncias excepcionais em que este pode ser dispensado.

4.8. O ilustre recorrente dá a entender que ignora a lei, não encaminhando a sua estratégia processual de moldes a assegurar que o Tribunal Constitucional pudesse conhecer o seu recurso, não acompanha a jurisprudência, não mostra dominar as particularidades do sistema de precedentes que usa como base do labéu que lança a esta Corte, não se refere a casos, não os distingue uns dos outros, preferindo, sem qualquer demonstração, apresentar generalidades retóricas como “temos várias decisões”; em “vários arestos idênticos”; uma “nova era”, sem se preocupar em consubstanciar minimamente o que alega, indicando estas outras decisões.

4.9. Reitera-se que se trata de uma jurisdição especializada que exige um certo tipo de conhecimentos, expertises, precisão e compromisso para nela se litigar.

5. A entrega de um requerimento de esclarecimento e reforma de acórdão sem se assinalar qual é o acórdão reclamado, sem determinação concreta do seu objeto e indicação de dispositivos legais legitimantes, é inadmissível.

5.1. Principalmente em caso em que o recorrente se insurge veementemente contra aquilo que ele próprio denomina de formalismo do Tribunal, pois mesmo sabendo que este tem imposto o cumprimento das condições de forma exigidas por lei, apresenta uma peça de pedido de esclarecimento e reforma sem o mínimo sentido, não indicando nem o acórdão reclamado nem o trecho de que pede esclarecimento, nem o fundamento da reforma, o que se aproxima do absurdo e não pode ser tolerado.

5.2. Fica claro que este pedido de esclarecimento/reforma de acórdão sendo desprovido de sentido, padecendo de falta total de objeto, deve ser liminarmente rejeitado.

III. Decisão

Pelas razões expostas, os Juízes do Tribunal Constitucional rejeitam liminarmente o incidente de esclarecimento e de reforma do *Acórdão nº 103/2023, de 19 de julho*, por ausência de objeto.

Registe, notifique e publique.

Praia, 3 de julho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 03 de julho de 2023.

O Secretário,

João Borges